



LICENÇA MATERNIDADE NO BRASIL- UMA ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DOS (AS) TRABALHADORES (AS) SOBRE AS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE

Eixo Temático 25 – MULHERES E MATERNIDADE

Mellyne de Souza Araújo Rocha¹
Samara Silva Costa²
Andréa de Sousa Gama³

RESUMO

O artigo pretende analisar as percepções de homens e mulheres sobre a licença maternidade, a partir de uma perspectiva interseccional. Foram analisados um bloco de perguntas de um survey nacional sobre as licenças maternidade e paternidade visando identificar as diferenças nessas percepções segundo: sexo; cor/raça; ocupação; posição na ocupação e renda individual. A inserção no trabalho foi o fator de maior influência para uma visão mais progressista sobre a licença maternidade para ambos os gêneros. A mediação preponderante da inserção no mercado de trabalho, da renda e do acesso ao direito trabalhista indica que as condições e relações de trabalho são fundamentais para a produção de diferenciações nas percepções sobre esse direito trabalhista.

Palavras-chave: Licença Maternidade; Divisão Sexual do Trabalho; Gênero; cor/raça

¹ Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ, Bolsista de Iniciação Científica do projeto de pesquisa “Tensões entre trabalho e família: análise das políticas públicas na organização do cuidado na vida familiar no Brasil”, E-mail: mellynerocha@gmail.com

² Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ, Bolsista de Iniciação Científica do projeto de pesquisa “Tensões entre trabalho e família: análise das políticas públicas na organização do cuidado na vida familiar no Brasil”, E-mail: samara.costa2020@outlook.com

³ Professora Associada da Faculdade de Serviço Social; Membro do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ). Mestre e Doutora em Saúde Coletiva (ENSP/Fiocruz), e-mail: andreasgama@gmail.com



INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta resultados alcançados a partir da etapa da análise de dados quantitativos do projeto de pesquisa intitulado “Tensões entre trabalho e família: análise das políticas públicas na organização do cuidado na vida familiar no Brasil”⁴. Analisamos um bloco de questões relativas às percepções de homens e mulheres em relação à licença maternidade no Brasil, considerando esse direito uma fundamental ação pública de enfrentamento dos conflitos entre trabalho e responsabilidades familiares. O foco da análise é a percepção dos (as) entrevistados (as) acerca dos direitos trabalhistas referentes à maternidade. Além disso, reflete sobre o papel social da maternidade, que designa para as famílias e principalmente para as mulheres, a responsabilização pela proteção social das crianças. O familismo associado ao cuidado tem relação com a centralidade da família e, no seu interior, as mães, na organização social capitalista, patriarcal e racista. (MORAES et al, 2020).

A licença maternidade e os marcos legais que a constituem são determinados pelo contexto em que foram instituídos. As mulheres trabalhadoras ao perceberem a necessidade da intervenção estatal no estabelecimento de políticas de proteção à maternidade e de igualdade entre os sexos no mercado de trabalho, direcionaram o movimento sindical e feminista pelo reconhecimento dos direitos relacionados às mães, como um importante instrumento de luta social. A mulher por ter um corpo reprodutor encontra na licença maternidade um instrumento de dupla função: em primeiro lugar, podemos considerar que essas leis visam a proteção da mulher contra toda forma de discriminação existente no mercado de trabalho por sua condição reprodutiva e, por outro lado, a legislação ampara as especificidades das mulheres por serem mães, protegendo com isso sua saúde física e mental e a de seus filhos.

A participação das mulheres no mercado de trabalho foi um dos vários processos sociais que desestabilizaram a divisão de gênero entre o público e o privado, impactando na queda de fecundidade, no aumento da escolaridade feminina e em mudanças culturais sobre os papéis de gênero. A divisão sexual do trabalho ainda está fortemente presente, as mulheres entraram no mercado de trabalho, mas suas atribuições dentro do lar não diminuíram, principalmente aquelas concernentes à maternidade. (GAMA, A., SORJ, B.; ROMERO, K., VEIGA, A., 2018).

⁴ Aprovada pelo Edital CNPq/MCTI/FNDCT N° 18/2021 - UNIVERSAL



Gama (2014) aponta que, mesmo com uma licença maternidade considerada ampla, a proteção trabalhista ainda é insuficiente. Um dos principais problemas é que a legislação trabalhista foca em questões muito específicas da gravidez e maternidade, desprezando que as responsabilidades familiares envolvem tanto homens quanto mulheres e se estendem por toda a trajetória profissional e pessoal dos(as) trabalhadores (as). Vale destacar, a diferença no tratamento legal entre mães e pais trabalhadores evidenciando o caráter sexista do sistema trabalhista e previdenciário brasileiro, que atribui o cuidado exclusivamente às mulheres, desconsiderando a participação dos homens e reforçando o interesse do Estado em controlar a reprodução da força de trabalho.

A partir de uma perspectiva que imbrica gênero, classe e raça, analisamos um bloco de perguntas do survey “Gênero, trabalho e família, mudanças e permanências no século XXI”, que foram incorporadas à pesquisa citada anteriormente, relacionadas às licenças maternidade e paternidade com o objetivo de captar o que pensam homens e mulheres brasileiros sobre esses direitos, tanto em termos do conhecimento e concordância em relação às licenças, quanto em relação à sua duração.

Em termos gerais, constatamos que cerca de 98% dos (as) entrevistados (as) são favoráveis à licença maternidade mantendo o salário. Quando perguntados sobre o tempo de duração, tivemos 67,7% das mulheres que consideram que quatro meses de licença é pouco tempo e para os homens, 56,6%. A maioria considera que o tempo da licença maternidade deve ser ampliado. Os dados, de forma geral, revelam a responsabilidade do cuidado colocada sobre as mulheres, quando se tem a grande diferença de tempo entre as licenças paternidade e maternidade.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa consistiu na análise das concepções prevalentes acerca dos direitos do trabalho relativos à licença maternidade remunerada no Brasil, a partir de uma perspectiva de gênero, classe e raça. Tais análises são frutos de um survey nacional, desenvolvido em 2015/2016, com 1575 entrevistados⁵ intitulado “Gênero, trabalho e família no Brasil - mudanças e permanências nas últimas décadas⁶”. Esse artigo irá apresentar resultados da

⁵ Representa uma amostra representativa da população brasileira acima de 18 anos

⁶ Pesquisa coordenada pela Prof. Clara Araújo, com financiamento da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/2013)



pergunta: “Sr (a) é a favor da licença maternidade mantendo o salário?” e aqueles (as) que responderam afirmativamente, cruzamos com algumas variáveis sociodemográficas e de trabalho, tais como: sexo, raça/cor, ocupação/desocupação, renda do trabalho e posição na ocupação. Essa parte do survey foi incorporada à pesquisa sinalizada anteriormente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados foram considerados somente para aquela parcela que respondeu “sim” ao questionário, diferenciando pelo critério acerca da opinião sobre o tempo de duração da licença maternidade. Foi denominado: i) “Muito tempo” aqueles(as) que responderam “Sim. A licença atual de 4 meses é muito tempo”; ii) “Tempo Suficiente” aqueles(as) que responderam “Sim. A licença atual de 4 meses é tempo suficiente”; iii) “Pouco” aqueles(as) que responderam “Sim. A licença atual de 4 meses é pouco tempo”. A percepção dos(as) entrevistados(as) foi analisada considerando as variáveis sexo, cor, inserção e posição na ocupação e renda individual. Os dados gerais mostram que 62,4% consideram pouco tempo a atual licença maternidade e 34,9% que a duração de quatro meses da licença é tempo suficiente.

Os resultados mostram que tanto os homens quanto as mulheres ao estarem ocupados tendem a responder que o tempo atual de licença maternidade é pouco tempo. Entre os homens 58,7% consideram que a licença maternidade é pouco tempo e entre as mulheres 76,1%. Quando comparamos com os (as) desocupados (as), essas proporções diminuem, sendo 51,6% para os homens e 58,9% para as mulheres. Ficou evidenciado que estar trabalhando (ocupados) tem forte relação com a percepção de que esse direito deve ser ampliado. As pessoas ao estarem inseridas no mercado de trabalho tendem a compreender este direito como mais importante.

É interessante observar a discrepância entre homens e mulheres, no sentido de os homens terem uma proporção menor de diferença ao estarem empregados ou desocupados, enquanto para as mulheres ocupadas, o fator empregatício é um diferencial para a sua resposta. Tal diferença pode ser interpretada pelo sujeito do direito e, portanto, essas tendem a se preocupar mais com a duração da licença maternidade.



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade



Tabela 1 - Favoráveis à LM e sua duração x sexo x ocupação/desocupação

Sexo	Sr(a). é a favor da licença maternidade mantendo o salário?	Sr(a). exerceu algum trabalho remunerado nos últimos 12 meses?		Total
		Sim	Não	
Masculino	Sim. A licença maternidade é muito tempo	2,5%	3,7%	2,9%
	Sim. A licença maternidade é tempo suficiente	37,5%	42,4%	38,9%
	Sim. A licença maternidade é pouco tempo	58,7%	51,6%	56,6%
	Total	518 100%	217 100%	735 100%
Feminino	Sim. A licença maternidade é muito tempo	0%	1,8%	0,9%
	Sim. A licença maternidade é tempo suficiente	23,9%	39,3%	31,3%
	Sim. A licença maternidade é pouco tempo	76,1%	58,9%	67,8%
	Total	415 100%	387 100%	802 100%

Fonte: elaboração própria

Procuramos aprofundar as percepções dos (as) trabalhadores(as) por tipo de contrato de trabalho a fim de verificar entre os (as) ocupados (as) a influência de ter ou não acesso a esse direito mediante a posição na ocupação. Lembramos que somente têm acesso à LM as (os) trabalhadoras (es) inseridas no mercado formal de trabalho.



No tocante à posição da ocupação separamos em dois tipos: trabalhadores formais e informais⁷. Do total de homens que consideram a licença pouco tempo, 53,2% eram trabalhadores formais e 46,7% informais. Entre as mulheres, esse valor contabiliza um total de 55,6% para as trabalhadoras formais e 44,4% para aquelas que ocupam o trabalho informal, reforçando a relação emprego formal-acesso ao direito em percepções mais progressistas.

Podemos observar na Tabela 2, diferenciais por raça/cor que merecem destaque. Entre os homens inseridos no mercado de trabalho formal, os brancos (58,8%) apresentaram preponderância entre os pardos/pretos (47,1%) em considerarem o tempo da LM atual reduzido, ao passo que ocorre o inverso entre aqueles na informalidade, ou seja, mais pretos/pardos (52,8%) vis-à-vis os brancos (41,1%) consideram o tempo de LM pouco tempo.

Entre as mulheres, constatamos um padrão distinto, pois entre as trabalhadoras pretas e pardas formalizadas encontramos que 57,1% considera a licença maternidade pouco tempo, e entre as brancas esse número sofre uma pequena queda e atinge 54,5%. Entre as trabalhadoras informais brancas constatamos 45,4% que considera a licença pouco tempo, enquanto para as mulheres pretas e pardas informais a proporção é de 42,8%.

Tabela 2- Favoráveis à LM e sua duração x sexo x formalização da ocupação x raça/cor

Sim. A licença maternidade é pouco tempo	Cor	Formais	Informais
Homens	Branco	58,8%	41,1%
	Pretos e pardos	47,1%	52,8%
	Total	53,2%	46,7%
Mulheres	Branco	54,5%	45,4%
	Pretos e Pardos	57,1%	42,8%

⁷ Consideramos formais- Empregado com carteira assinada, funcionário público ou militar e empregador; Informais- Empregado sem carteira assinada e conta própria.



Por fim, verificamos se há alguma relação entre as percepções de ampliação do gozo da licença maternidade e o aumento da renda individual do trabalho por cor/raça, (tabela 3). Não encontramos uma relação direta e constante entre o aumento da renda e percepções mais progressistas quanto ao aumento do tempo de usufruto da licença maternidade entre os trabalhadores, sejam eles brancos ou pretos/pardos. No entanto, aqueles que se encontram nas faixas de renda mais elevadas apresentaram percepções de maior ampliação do tempo da LM, notadamente entre os homens brancos. Enquanto no dos homens brancos há oscilação nos dados, pois não há um fluxo contínuo ou padrão notável, nos homens negros, vai declinando até aumentar na faixa de +5SM. De forma geral, a taxa percentual de todos os homens brancos que consideram pouco tempo equivale a 71,6%, enquanto para os homens negros/pardos equivale a 46,1%.

Tabela 3- Favoráveis à LM e sua duração x sexo masculino x renda individual x raça/cor

Cor	Homens	Sr(a). é a favor da licença maternidade mantendo o salário?						
		Renda individual						
		Sem renda	1 SM	+1SM até 2SM	+2SM até 3SM	+3SM até 5 SM	+5SM	Total
Brancos	A licença maternidade é pouco tempo	88,5%	39,1%	71,3%	29,6%	87,2%	91,1%	71,6%
Pretos e Pardos	A licença maternidade é pouco tempo	58,6%	46,7%	46,5%	40,8%	30%	80%	46,1%

Fonte: elaboração própria

De forma geral, os percentuais das mulheres brancas que consideram pouco o tempo de licença maternidade equivale a 73,3%, enquanto para as mulheres negras/pardas equivale a 57,4%. (Tabela 4)



Encontramos uma relação importante entre o aumento da renda do trabalho e a percepção de que o tempo de LM é pouco entre as trabalhadoras brancas. Entre aquelas trabalhadoras pretas/pardas vimos que as de renda mais baixa, que incluem as sem renda é até 1 SM proporções mais elevadas que decrescem na faixa seguinte e voltam a aumentar na faixa de renda entre 2 e 3 SM e mais, apesar do pequeno quantitativo de trabalhadoras nas faixas mais elevadas de renda do trabalho.

Tabela 4- Favoráveis à LM e sua duração x sexo feminino x renda individual x raça/cor

Cor	Mulheres	Sr(a). é a favor da licença maternidade mantendo o salário?						
		Renda individual						
		Sem renda	1 SM	+1SM até 2SM	+2SM até 3SM	+3SM até 5 SM	+5SM	Total
Branco	A licença maternidade é pouco tempo	60%	64,1%	78,5%	70%	84,2%	84,4%	73,3%
Pretos e Pardos	A licença maternidade é pouco tempo	70,2%	61,5%	35%	76,2%	100%	100%	57,4%

Fonte: elaboração própria

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação no mercado de trabalho foi o principal fator que contribuiu para uma visão mais progressista sobre a licença maternidade, em ambos os gêneros. A influência significativa da inserção e da renda do trabalho nessa análise revela que as condições e relações de trabalho são essenciais para a formação de diferentes percepções sobre o tema, além de estarem ligadas ao acesso a esse direito trabalhista. Mesmo aqueles/as que atuam sem vínculo



formal de emprego reconhecem a importância desse direito. Observamos que o acesso ao benefício realmente impacta mais a percepção sobre a duração da licença maternidade.

Um ponto relevante diz respeito ao acesso aos benefícios e direitos trabalhistas, estes estão em sua maioria, mediados pelo vínculo empregatício, o que limita esses direitos a trabalhadores formais ou àqueles que fazem contribuição à Previdência Social, resultando em uma exclusão considerável, dada a heterogeneidade e a segmentação da força de trabalho no Brasil, onde a informalidade e o desemprego se destacam como as características mais marcantes. (GAMA, COSTA, ROCHA, 2024)

Por fim, é necessário problematizar a disparidade na duração da licença maternidade e paternidade, como ocorre em diversos países (GAMA, OLIVEIRA e HENRIQUES, 2022), fomentar a ampliação e garantia do acesso à educação infantil, além e, principalmente, de desnaturalizar a mulher como principal responsável pelo cuidado, impactando a sua inserção e manutenção no mercado de trabalho em igualdade de condições e a sua consequente autonomia econômica. Para a superação das desigualdades de gênero no trabalho e no interior das famílias é essencial entendermos o cuidado como direito à cidadania que deveria ser garantido por meio de um sistema de proteção social universal e neutro para o gênero.

Os resultados dessa pesquisa sugerem que os/as brasileiros/as e, principalmente, aqueles/as que trabalham, consideram importante a ampliação e o avanço da legislação de proteção à maternidade no país. Esperamos que tais resultados contribuam para avançar no lento trâmite das mudanças legislativas quanto à essa matéria no Brasil.

REFERÊNCIAS

- GAMA, Andréa de Sousa. Trabalho, família e gênero: impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil. São Paulo: Cortez, 2014.
- GAMA, A.; COSTA, R.; ROCHA, M. Licença Paternidade no Brasil - Reflexões a partir da divisão sexual e racial do trabalho, 2024.
- GAMA, A. S.; OLIVEIRA, A. C. A.; HENRIQUES, C. C. Trabalho e Gênero: O papel das licenças maternidade, paternidade e parental em perspectiva comparada. *TRABAJO Y SOCIEDAD*, v. XXIII, p. 315-334, 2022.
- MORAES, P. M. et al. Familismo e política social: aproximações com as bases da formação sócio-histórica brasileira. *Revista de Políticas Públicas*, v.24, n. 02, p. 802-818, 2020.